

ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO TURISMO EM MORRO DE SÃO PAULO – ILHA DE TINHARÉ - BAHIA

Ernesto Pablo da Mata Machado Lara Jardim*
Iracema Reimão Silva**

RESUMO: *O desenvolvimento turístico do Arquipélago de Tinharé, especialmente em Morro de São Paulo, se coloca com papéis antagônicos ao gerar emprego e renda, atrair melhorias em infra-estrutura e apoio do Estado, acarretando, porém, sérios impactos para a sociedade e o meio ambiente. É de relevante interesse que se analise as ações adotadas ao longo deste tempo e seus impactos atuais. O desrespeito à capacidade de carga, a falta de um plano diretor eficaz e bem realizado, a especulação imobiliária que retira a população local das zonas de uso turístico, os claros sinais de desequilíbrio social como a invasão do “Buraco do Cachorro”, dentre outros, nos convidam a pensar se a atividade turística é a salvação ou a condenação destes territórios. Esta pesquisa tem como objetivo a análise dos impactos sócio-ambientais decorrentes da atividade turística em Morro de São Paulo, suas origens e evolução, observando os aspectos que ameaçam a sua sustentabilidade. O diagnóstico da ilha indicou a necessidade de novas ações de reordenamento territorial, de se trabalhar o aumento da permanência média do turista em detrimento de seu crescimento numérico, capacitar sócio-profissionalmente a comunidade, desenvolvendo os valores da conservação ambiental como condicionante do crescimento e manutenção da qualidade de vida.*

Palavras-chave: Impactos sócio-ambientais; gestão do território; uso turístico.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os estudos sobre o planejamento turístico de um território são realizados de forma compartimentada, perdendo-se a visão do conjunto, questão primordial para os avanços teóricos necessários. Na tentativa de compreender tal fenômeno, deve-se enaltecer a importância do estudo de um conjunto sistematizado de conhecimentos ligado aos campos da geografia, economia, sociologia, antropologia, administração (pública e privada), comunicação e psicologia, pois o que se nota é que os especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado, tratando-os minuciosamente, não se preocupando em correlacioná-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se, para produzir o fenômeno global (BENI, 1990).

Morro de São Paulo tem recebido um grande contingente de turistas, por apresentar uma relevante riqueza cultural e histórica, além de uma enorme diversidade ecológica, com ecossistemas de praias, mangues, estuários, restingas e recifes de corais, configurando-se em um dos principais pólos turísticos do estado da Bahia. Devido à expansão do turismo neste território, sem a presença de critérios norteadores e de um planejamento eficaz, atualmente é possível constatar nesta região áreas onde o uso e a ocupação dos ambientes naturais são intensos e desordenados, com graves impactos ambientais e sociais, principalmente na Primeira, Segunda e Terceira praia, além da própria vila. A alta sensibilidade destes ambientes requer um cuidadoso plano de manejo e uma gestão administrativa voltada à regulamentação e fiscalização na ilha, a

* Aluno do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador - UCSal – E-mail: ernestur@hotmail.com - Autor

** Professora Doutora do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador - UCSal. – Co-autora

fim de evitar danos muitas vezes irreversíveis e que, em longo prazo, inviabilizam a própria atividade turística. O turismo deve se pautar no funcionamento da natureza e nos seus limites ecológicos ao projetar a infra-estrutura e equipamentos turísticos. Qualquer tipo de turismo tem de se adequar às fragilidades do meio e ser capaz de gerir e controlar os impactos ambientais (FURLAN, 1996).

Este artigo se propõe a analisar os impactos sócio-ambientais da atividade turística em Morro de São Paulo, suas origens e evolução, observando os aspectos que ameaçam a sua sustentabilidade.

2. METODOLOGIA

A metodologia implantada no desenvolvimento deste artigo obedeceu aos seguintes critérios norteadores: levantamento de dados da literatura sobre as características gerais da área estudada e que serão utilizados como suporte teórico para a sua composição, a análise e interpretação de imagens, mapas e fotografias aéreas existentes do local, visitas de campo para reconhecimento geral da área de estudo, levantamento de informações junto aos órgãos públicos e organizações não-governamentais existentes na região, coleta de dados a partir de fichas temáticas específicas e entrevistas com moradores da comunidade.

Os dados coletados em campo foram georreferenciados com o auxílio de um receptor GPS (Sistema de Posicionamento Global). Posteriormente, estes dados foram integrados com os demais dados obtidos através dos levantamentos bibliográficos e da análise cartográfica, através do software de geoprocessamento Arc View 8.0.

3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ARQUIPÉLAGO DE TINHARÉ

Segundo levantamentos históricos apresentados por FLEXOR (2004), visando se evitar a possibilidade de novas invasões a terras brasileiras, como a dos holandeses em 1634-1635, fora construído o complexo defensivo de Morro de São Paulo (Ilha de Tinharé), iniciado em 1630, e que ficaria totalmente pronto somente em 1720. Depois de consolidada a soberania territorial do país, a ilha ficou relegada ao uso agrícola de subsistência, onde os seus poucos moradores sobreviviam da pesca e do cultivo de alimentos. No início do século XX o povoamento da vila de Morro de São Paulo se dá através dos pescadores e agricultores nascidos na ilha e vindos de outros territórios, que irão multiplicar a população residente. A região volta a aparecer no cenário nacional ao ser palco de torpedeamentos de navios brasileiros, realizados pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, ao sul da ilha de Morro de São Paulo.

A segunda metade do século XX testemunha o aparecimento de uma atividade que podemos compreender como a precursora do turismo tal como conhecemos hoje. Trata-se do veraneio regional. Famílias residentes em cidades próximas ao arquipélago, e também da capital, começam a passar suas férias de verão na ilha, atraídas pela beleza e tranquilidade ímpar da região. Inicialmente essa atividade se caracterizava com a compra de alimentos disponíveis na ilha e o aluguel de meios de hospedagem, geralmente as casas dos pescadores e agricultores, onde os veranistas passavam alguns meses usufruindo as mesmas condições e possibilidades do nativo. O fluxo de veranistas aumenta gradativamente, somando-se a isso a divulgação das belezas locais e também a melhoria dos meios de transportes, tendo por consequência o início de uma primeira valorização e especulação imobiliária na ilha.

Durante a década de oitenta, com a expansão do turismo na capital Salvador e aproveitando-se desta proximidade geográfica, Morro de São Paulo passa a ser visitada, inicialmente, por mochileiros e aventureiros, que, ao retornarem aos seus locais de origem,

propagavam as maravilhas cênicas do arquipélago, gerando curiosidade e por consequência a vinda de turistas nacionais e estrangeiros. Com isso, a vila entra em uma nova fase de especulação e valorização imobiliária, desta vez tendo como fator motivacional a abertura de empreendimentos turísticos. Empresários começam a apostar na região como um forte atrativo de visitação turística. Diversas pousadas, restaurantes, lanchonetes, agências de passeios e demais serviços ligados ao turismo são implementados na vila, porém sem qualquer orientação de planejamento ou conformidade ambiental. Melhorias administrativas ligadas ao transporte dos turistas são implementadas, principalmente durante a década de noventa, onde se tem a regularização das linhas de barcos que fazem a travessia entre a cidade de Valença e o arquipélago, as melhorias das condições das estradas que dão acesso à Costa do Dendê e ainda a um projeto de divulgação turística do território baiano, onde o arquipélago entra como um dos atrativos. Nesta mesma época, com o “boom” do turismo na Bahia, principalmente em Salvador, Morro de São Paulo percebe a proximidade estratégica que a capital poderia lhe oferecer e investe na instalação de uma linha de catamarã, que liga a capital diretamente ao arquipélago. Com isso tem-se um reforço significativo do fluxo turístico, que deixa de ser sazonal e passa a receber visitantes durante todo o ano.

4. LEVANTAMENTO DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO TURISMO EM MORRO DE SÃO PAULO

O fenômeno da valorização imobiliária é inevitável em destinos turísticos em formação. A população local, que não possui meios educacionais para dimensionar o valor de suas propriedades, tampouco a possibilidade de compreender a valorização do território ante a demanda turística e, pressionada por necessidades imediatas, vende barato as suas terras aos recém-chegados, deslocando-se para áreas menos valorizadas, afastadas do litoral, dos serviços do estado e dos atrativos, gerando revolta e desarmonia à coletividade. Isto resulta num dos principais fatores que inviabilizam o desenvolvimento do território turístico: a dificuldade de relacionamento e a falta de união entre nativos e os demais habitantes do local.

Na vila de Morro de São Paulo podemos encontrar exemplos concisos da falta de planejamento do território, em suas mais amplas formas. Devido ao enorme número de pessoas e construções de uso turístico, a capacidade de carga da vila já se encontra extrapolada, havendo problemas no abastecimento de água, insuficiente para atender toda demanda, principalmente nos meses de veraneio. Outra questão preocupante trata dos níveis das fossas sanitárias, que já se encontram sobrecarregadas, podendo ser facilmente constatado através dos cartazes presente nos banheiros das pousadas solicitando ao turista que utilize a descarga somente para esgotamento dos detritos sólidos.

O lixo também se configura num desafio de grande urgência a ser tratado. Devido à ineficiência do poder público local, o recolhimento do mesmo se dá de maneira irregular, onde muitas vezes resulta em seu acúmulo nas vias públicas, conforme pode ser observado na foto 1.



Foto 1 - Acúmulo de lixo em Morro de São Paulo.

A ocorrência de lixo, além de causar a poluição e o risco de contaminação por diversos tipos de enfermidades, diminui substancialmente a beleza cênica do local e desmotiva assim a presença dos turistas (MIDAGLIA, 2001).

Outro aspecto preocupante é o uso dos lixões, depósitos a céu aberto do lixo da vila, usualmente utilizado em áreas de mangue e que tem como principal dano ambiental a poluição do solo e a poluição aquática pelo chorume, líquido liberado na decomposição do lixo. Além desses, verificam-se também questões como proliferação de animais (urubus e ratos), o mau cheiro e perigo de proliferação de doenças à população e aos visitantes (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2004).

Em muitos pontos da vila pode ser constatada a inexistência dos corredores de ventilação. Pela ausência de um plano diretor e da elaboração de diretrizes de zoneamento e lei de uso do solo, as construções foram realizadas de maneira aleatória, sem que se respeitasse a esses critérios, acarretando na perda da ventilação e conseqüentemente no aumento do calor.

A intensa urbanização desta região resultou na construção de estruturas rígidas e fixas a beira-mar. Este é um problema fundamental observado em costas muito urbanizadas onde as pessoas desejam construir o mais próximo possível da linha de costa (DOMURAT, 1987; WICKER, 1996; HALL, 2001). A construção destas estruturas em um ambiente caracteristicamente móvel e instável representa um risco ao ambiente e às propriedades, podendo acelerar o processo de erosão costeira, inviabilizando o uso destas praias (WHITE, 1978; TERICH, 1987; SMITH e JACKSON, 1990).

Ao longo da Primeira, Segunda e Terceira Praia são encontradas pousadas, restaurantes, mercados, lojas de material de construção civil, boates e lojas diversas, em construções a beira-mar com até três andares (Foto 2), numa região de atuação de ondas e marés com forte dinâmica praial. Este processo de ocupação desordenada e inadequada ocasionou a aceleração do processo erosivo, o que, por sua vez, resultou na construção de obras de contenção (Foto 3) e na perda da praia recreativa neste local.



Foto 2 – Pousadas a beira mar na Segunda Praia, em Morro de São Paulo.



Foto 3 – Muro de proteção à erosão na Segunda Praia, em Morro de São Paulo.

4.1 O caso do Buraco do Cachorro

O processo de valorização imobiliária nas localidades de uso turístico acaba por expulsar as populações nativas de seu território, relegando as mesmas a espaços desvalorizados e sem nenhuma infra-estrutura social. Em Morro de São Paulo isto está acontecendo. Numa área periférica aos atrativos turísticos, existe uma invasão denominada “Buraco do Cachorro”, que foi ocupada por nativos que sucumbiram ao poder econômico e venderam suas casas na parte valorizada da ilha, e também por uma parcela significativa de pessoas desempregadas vindas das cidades ao redor do arquipélago, como Valença e Cairu, na busca de alguma ocupação que lhes dessem renda. Porém, a grande maioria destas pessoas não possui sequer o ensino básico e são desqualificadas para o trabalho com o turismo, e sem renda, geram graves problemas sociais, já diagnosticado na ilha, como o expressivo aumento do tráfico de drogas, da prostituição e dos furtos.

O “Buraco do Cachorro” não possui saneamento básico, calçamento de ruas, iluminação pública, coleta de lixo, creche e escola para as crianças (Foto 4). A grande maioria dos moradores da invasão vive de pequenos trabalhos temporários, como na construção civil, como ambulantes ou carregadores. Na baixa estação essa situação se agrava, diminui a possibilidade de uma renda temporária. Em pesquisa realizada com os moradores da vila, 68 % dos entrevistados responderam que o turismo trouxe para seu cotidiano o tráfico de drogas, a violência e a prostituição, reflexo da existência de uma parcela significativa da população sem oportunidades de emprego e renda, somada à ineficiência dos poderes públicos em gerar tais oportunidades e também de garantir a segurança pública a seus moradores.



Foto 4 – Ocupação do Buraco do Cachorro, em Morro de São Paulo.

5. CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

Morro de São Paulo, devido a sua beleza natural e riqueza histórica, configura-se num dos principais pólos turísticos do estado da Bahia. Esta grande demanda turística gerou uma ocupação desordenada e concentrada especialmente nas proximidades do centro da vila e ao longo da Primeira, Segunda e Terceira praia.

Pela ausência de um plano diretor que norteasse o crescimento e desenvolvimento da vila, diversas construções, das quais a grande maioria para propósito de uso turístico, foram realizadas sem se pensar na capacidade de carga e nas condições naturais e estruturais para tal, como os corredores de ventilação, esgotamento sanitário, captação de água potável, proximidade das construções a beira-mar e ainda o recolhimento e tratamento do lixo.

A Constituição do Estado da Bahia (Capítulo VIII) proíbe qualquer construção, inclusive muros, numa faixa de 60 m a partir da linha de preamar máxima. Muehe (2001) sugere para a costa brasileira um limite de 50m para orlas urbanizadas e de 200m para orlas não urbanizadas, contados a partir do limite da praia, e um limite de 50m para regiões de falésias sedimentares, contados a partir de sua borda. Torna-se essencial para os trechos costeiros ainda preservados ou só parcialmente ocupados o estabelecimento de uma zona de proteção para o controle e a restrição de usos, a fim de evitar danos sócio-econômicos e ambientais. Isto é, impõe-se a definição de uma linha de recuo, que crie uma faixa de terreno que funcione, como considera Lizárraga-Arcineiga *et al.* (2001), como um pára-choque, permitindo assim à praia retroceder sem representar uma ameaça a infra-estruturas e permitindo, ao mesmo tempo, uma área de praia para recreação.

Ao longo da ilha, existem trechos onde o ambiente natural ainda se encontra preservado ou apenas parcialmente alterado, como na Quarta praia, em Garapuá e na praia do Encanto. Estes locais necessitam de ações preventivas e de um planejamento visando o desenvolvimento futuro, para se evitar danos semelhantes ao ocorridos na vila e nas praias de Morro de São Paulo.

Diante do exposto acima, urge a prioridade de novas ações de reordenamento territorial e a implementação de um plano diretor eficaz que busque regulamentar o território em questão. No que diz respeito aos empresários e agentes econômicos ligados à atividade turística, ao invés de se perseguir o crescimento do número de turistas na ilha como se faz hoje, é necessário se trabalhar o aumento de sua permanência média, fator que irá gerar uma maior receita em detrimento do número total de visitantes. Existem algumas ações que podem ser realizadas para que a população original não seja marginalizada, como a sua conscientização em relação ao desenvolvimento do turismo, o estímulo às ações de empreendedorismo local, suportadas pela concessão de cursos de capacitação e créditos específicos, além da ação efetiva do legislativo do município, nas diretrizes de zoneamento e a lei de uso do solo, buscando inibir os abusos no processo de formação do destino (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2004).

As comunidades devem ser preparadas para a capacitação sócio-profissional, a conservação ambiental, as noções básicas de civilidade, além da conscientização de seus direitos e deveres. A participação da sociedade civil, empresariado e lideranças locais na discussão dos planos e da implementação das ações devem ser constantemente estimuladas, permitindo maior envolvimento desses setores no processo de desenvolvimento do turismo, garantindo a valorização e o crescimento do destino turístico Morro de São Paulo. A grande questão para se resolver este problema é: Como unir os diversos interesses dos residentes da ilha? Como engajá-los numa proposta de unicidade de ações e diretrizes para o território? Como alterar o corrupto e ineficiente poder público local e estadual? As respostas para essas questões indicarão caminho para o desenvolvimento durável da ilha e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

BENNI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.

BENNI, M.C. **Sistema de turismo – Sistur. Turismo em análise**. São Paulo: ECA/USP, 1990.

DOMURAT, G. W. Beach Nourishment – A Working Solution. **Shore & Beach**, v. 55, n. 3/4, p. 92 - 95, 1987.

FLEXOR, Maria Helena O. In: ODEBRECHT, Norberto. **Desenvolvimento sustentável: a visão e ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia**. Salvador: CRA - Centro de Recursos Ambientais, 2004, p. 31-69.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS / SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS**. Salvador, 2004.

FURLAN, Sueli A. In: LEMOS, Amália I. G. de (Orgs). **Turismo: impactos sócioambientais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

HALL, C. M. Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier? **Ocean & Coastal Management**, v. 44, p. 601 – 618, 2001.

LIZÁRRAGA-ARCINIEGA, R.; APPENDINI-ALBRETCHSEN, C. M.; FISCHER, D. W. Planning for Beach Erosion: A Case Study, Playas de Rosarito, B. C. Mexico. **Journal of Coastal Research**, v. 17, n. 3, p. 636 – 644, 2001.

MIDAGLIA, C. L. V. **Turismo e Meio Ambiente no Litoral Paulista: Dinâmica da Balneabilidade das Praias**. In: LEMOS, A. I. G. (Ed.), Turismo: Impactos Socioambientais. Editora HUCITEC, São Paulo, 2001, p. 33-56.

MUEHE, D. Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para fins de Gerenciamento. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 2, n. 1, p. 35 - 44, 2001.

SMITH, A. W. S. & JACKSON, L. A. A. An Application of Coastal Management Tactics Gold Coast, Queensland, Australia. **Shore & Beach**, v. 58, n. 3, p. 3 – 8, 1990.

TERICH, T. A. 1987. **Living with the shore of Puget Sound and the Georgia Strait**. In: PILKEY, O. H.& NEAL, W. J. (eds) Living with the shore. North Carolina, U.S.A.: Duke University Press, 1987, 255p.

WHITE, G. F. Natural Hazards Management in the Coastal Zone. **Shore & Beach**, v. 46, n. 1, p. 15 - 17, 1978.

WICKER, C. F. Problems of the New Jersey Beaches. **Shore & Beach**, v. 34, n. 1, p. 3 - 8, 1996.